

RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.731 - SC (2019/0068037-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : BANCO RCI BRASIL S.A
ADVOGADOS : PAULO CESAR DA ROSA GOES - SC004008
GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELI - SC008927
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - SC017458
RODRIGO FRASSETTO GÓES - SC033416
RECORRIDO : DENISE CRISTIANE DA SILVA
ADVOGADO : CLAUDIO MELQUIADES MEDEIROS - SC013210

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manifestado por BANCO RCI BRASIL S/A, no qual se alega violação dos arts. 2º, § 2º, e 3º do Decreto-Lei n. 911/1969; 113 e 422 do Código Civil; e 4º, 10, 139, 140 e 321 do Código de Processo Civil de 2015, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 258):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA RÉ. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3 DO STJ. APLICAÇÃO. RECURSO REGIDO PELO CPC/2015. MORA NÃO CARACTERIZADA. AVISO DE RECEBIMENTO NÃO JUNTADO AOS AUTOS. DECLARAÇÃO EMITIDA PELA EMPRESA DE CORREIOS. INSUFICIENTE PARA COMPROVAR A EFETIVA NOTIFICAÇÃO. ALIENAÇÃO DO BEM ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO. RESTITUIÇÃO DO VALOR A ÉPOCA DA APREENSÃO, COM BASE NA TABELA FIPE. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA PELO § 6º DO ARTIGO 3º DO DECRETO-LEI N. 911/69. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Sustenta o recorrente, em síntese, que é válida a notificação extrajudicial encaminhada para o endereço constante do contrato, comprovada por declaração expedida pelos Correios. Afirma, dessa forma, que houve a regular constituição em mora da recorrida.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Verifico que o Tribunal de origem considerou insuficiente a declaração emitida pelos Correios para comprovar a efetiva notificação da recorrida. Leia-se (fl. 263):

(...)

No presente caso, tem razão a apelante ao afirmar que não há nos autos prova do efetivo recebimento da notificação, uma vez que a instituição financeira apelada não juntou aos autos o comprovante de aviso de recebimento que afirma ter encaminhado ao endereço do apelante, requisito previsto em lei para a devida caracterização da mora na forma escolhida.

Consta nos autos apenas a declaração dos correios de que a notificação teria sido entregue (fl. 69). Contudo, tal documento não é suficiente) para comprovar a devida constituição em mora.

(...)

Com efeito, anoto que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência desta Corte, que firmou o entendimento no sentido de que a prova do recebimento da notificação pelo devedor não é necessária para a constituição em mora, bastando seja enviada ao endereço declinado no contrato. Do contrário, estar-se-ia a exigir a verdadeira notificação pessoal do devedor. A propósito, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CONSTITUIÇÃO EM MORA. NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. ENVIO PARA O ENDEREÇO DECLINADO NO CONTRATO. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE ATAQUE ESPECÍFICO.

1. A prova do recebimento da notificação pelo devedor não é necessária para a constituição em mora, bastando que seja enviada ao endereço declinado no contrato. Precedentes.

2. Nos termos do artigo 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 e da Súmula 182/Superior Tribunal de Justiça, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.125.547/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL

GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 28.3.2019)

AGRAVO INTERNO. BUSCA E APREENSÃO DE BEM OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. MORA EX RE. NOTIFICAÇÃO. NECESSÁRIA APENAS À COMPROVAÇÃO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO E DEFERIMENTO DA LIMINAR. DOMICÍLIO. ATUALIZAÇÃO, EM CASO DE MUDANÇA. DEVER DO DEVEDOR. ENVIO DE NOTIFICAÇÃO PARA O ENDEREÇO CONSTANTE DO CONTRATO. FRUSTRAÇÃO, EM VISTA DA DEVOLUÇÃO DO AVISO DE RECEBIMENTO, COM ANOTAÇÃO DE MUDANÇA DO NOTIFICADO. CUMPRIMENTO PELO CREDOR DA PROVIDÊNCIA PRÉVIA AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, QUE PODERIA SER-LHE EXIGÍVEL.

1. O acórdão recorrido apura que "a notificação extrajudicial foi enviada ao endereço constante no contrato firmado entre as partes", e como é cediço, a Corte de origem é soberana no exame das provas constantes nos autos. Com efeito, como consignado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da Súmula 7-STJ".

2. A moderna doutrina, ao adotar a concepção do vínculo obrigacional como relação dinâmica, revela o reconhecimento de deveres secundários, ou anexos, que incidem de forma direta nas relações obrigacionais, prescindindo da manifestação de vontade dos participantes e impondo ao devedor, até que ocorra a extinção da obrigação do contrato garantido por alienação fiduciária, o dever de manter seu endereço atualizado. Precedente.

3. "A mora decorre do simples vencimento, devendo, por formalidade legal, para o ajuizamento da ação de busca e apreensão, ser apenas comprovada pelo credor mediante envio de notificação, por via postal, com aviso de recebimento, no endereço do devedor indicado no contrato" (REsp 1592422/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 22/06/2016).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.771.864/SE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 4.6.2019)

Ademais, em precedente de caso análogo, esta Corte já reconheceu a validade da declaração emitida pelos Correios para caracterização da mora. Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. TELEGRAMA DIGITAL. VALIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. A mora decorre do simples vencimento, nos termos do art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/1969, estando condicionado o ajuizamento da ação de busca e apreensão pelo credor, apenas, à comprovação do envio da notificação extrajudicial para o endereço do devedor indicado no contrato, sendo prescindível que seja pessoal.

2. Embora a prática do ato seja demonstrada, costumeiramente, por meio de aviso de recebimento (AR) por via postal, considera-se cumprida a exigência pelo envio de telegrama digital, com certidão de entrega expedida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, porquanto atingido o dever de informação, a fim de possibilitar que o devedor possa purgar a mora. 3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1821119/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 27.9.2019).

Dessa forma, merece amparo a pretensão de reforma e, caracterizada a mora e já julgadas as demais questões no recurso de apelação, deve ser dado provimento ao recurso para restabelecer a sentença de procedência dos pedidos efetuados na ação de busca e apreensão.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora